



ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP

Testes

1. Leia as afirmações.

- I. Reconhecimento jurídico do pedido e confissão vinculam o juiz.
 - II. Renúncia ao direito e desistência vinculam o juiz.
 - III. Renúncia ao direito e reconhecimento jurídico levam a uma sentença de resolução do mérito
 - IV. Confissão e desistência levam a que seja extinto o processo sem julgamento de mérito.
- Pode-se dizer que
- a) apenas I é correta.
 - b) apenas II é correta.
 - c) apenas III é correta.
 - d) todas estão corretas.

2. A propósito da Jurisdição, considere as seguintes proposições:

- I- enquanto manifestação da soberania do Estado, a jurisdição não é passível de delegação a terceiros, sendo exercida exclusivamente por magistrados investidos em conformidade com as regras da Constituição Federal;
- II- por força do princípio da aderência, a jurisdição está limitada ao espaço geográfico sobre o qual se projeta a soberania do Estado;
- III- a idéia matriz do princípio do juiz natural legitima a instituição de juízos e tribunais especiais, destinados à solução de conflitos prévios e determinados, gravados de especial interesse social;
- IV- embora não se instaure de ofício a jurisdição, os órgãos jurisdicionais do Estado devem oferecer respostas a todos os conflitos que lhes sejam submetidos, ainda que omissa ou obscura a legislação em vigor.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) o item I é certo e o item II é errado;
- b) o item II é certo e o item III é errado;
- c) o item III é certo e o item IV é errado;
- d) o item IV é certo e o item I é errado;

3. De acordo com o entendimento dominante no âmbito do STJ, o prazo prescricional das ações propostas contra a Fazenda Pública é:



- a) O prazo estabelecido pelo Código Civil, variando, portanto, conforme a natureza do pedido.
 - b) O prazo geral de 10 anos estabelecido pelo art. 205 do Código Civil.
 - c) De 05 anos para ações contra a Fazenda Municipal, por força do art. 1º do Decreto 20.910/32, e de 10 anos para as Fazendas Públicas Federa, Estadual e Distrital (art. 205 do Código Civil), por força da especialidade daquele dispositivo para a esfera Municipal.
 - d) Nenhuma das alternativas anteriores.
4. No que concerne à substituição das partes e dos procuradores, é correto afirmar que
- a) a alienação de coisa litigiosa, a título particular, por ato inter vivos, altera a legitimidade das partes.
 - b) o cessionário pode ingressar em juízo, substituindo o cedente, independentemente do consentimento da parte contrária.
 - c) o adquirente não poderá intervir no processo na condição de assistente do alienante.
 - d) a sentença, proferida entre as partes originárias, estende seus efeitos ao adquirente.
5. A respeito da ação e dos sujeitos do processo, assinale a opção correta.
- a) Ocorre a sucessão processual quando um terceiro assume o lugar do litigante, ocupando a mesma posição e passando a integrar a relação processual na condição de sucessora da parte originária. Nesse caso, o sucessor atua em nome próprio por um direito que lhe é próprio.
 - b) Ocorre a substituição processual quando a titularidade da relação processual é atribuída a pessoa distinta da que figura na relação jurídica de direito material, como, por exemplo, ocorre quando a parte é representada em juízo por seus pais ou por seus representantes legais.
 - c) Tem legitimidade ativa para agir o titular da pretensão formulada em face de quem é o sujeito passivo dessa mesma pretensão. Essa legitimidade, seja ativa ou passiva, corresponde à capacidade processual de ser parte.
 - d) Ocorre cumulação de ações quando se verifica a coexistência de várias ações à disposição e à escolha do autor para fazer valer a sua pretensão contra um ou vários réus, mediante o ajuizamento de duas ou mais ações, por via do mesmo processo.
6. No que se refere aos princípios que regem o processo civil e aos relativos à jurisdição civil, assinale a opção correta.
- a) Por representar garantia constitucional que visa à proteção do interesse público representado pelo patrimônio das pessoas de direito público, o duplo grau de jurisdição é exigido em todo e qualquer processo em que tais pessoas sejam partes ou intervenientes.
 - b) O princípio da publicidade não impede que existam processos em segredo de justiça, no interesse das próprias partes. Esse sigilo é restrito a estranhos, enquanto não prejudicar o interesse público à informação, assim, por autorização do juiz, os atos processuais podem ser investigados e conhecidos por outros, além das partes e seus advogados.
 - c) Pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, nenhum juiz será afastado de suas funções sem que lhe sejam garantidos, em processo adequado, os direitos inerentes ao contraditório e à ampla defesa.
 - d) Pelo princípio do contraditório, o autor pode deduzir a ação em juízo, alegar e provar os fatos constitutivos de seu direito, e ao réu é assegurado o direito de contestar todos os



fatos alegados pelo autor, como também o de fazer a prova contrária, salvo em caso de revelia.

7. Como é sabido, a jurisdição é o poder de dizer o direito objetivo, função do Estado, desempenhada por meio do processo, na busca da solução do conflito que envolve as partes, para a realização daquele e a pacificação social. Sobre o assunto em questão, assinale a resposta correta.

- a) O exercício espontâneo da jurisdição, na condição de regra geral, implicaria em possível prejuízo da imparcialidade do juiz na solução da lide.
- b) Quando em causa direitos indisponíveis, mais se reforça o entendimento de que os órgãos jurisdicionais não hão de ficar inertes no que se refere à iniciativa de instauração do processo, não devendo eles ficarem à espera de provocação de algum interessado para a atuação da vontade concreta da lei.
- c) No exercício da jurisdição voluntária, tal e qual se passa na jurisdição contenciosa, o juiz busca a pacificação social. Então, as duas jurisdições se confundem, sem conseqüências práticas.
- d) O juiz não conta com impedimento para conceder ao autor tutela jurisdicional diversa da postulada, contanto que se mostre qualitativa ou quantitativamente superior.

8. Na modificação da competência por conexão ou continência, pode-se afirmar que

- a) a conexão e a continência serão sempre admitidas, com a reunião dos processos para decisões simultâneas pelo Juízo prevento, quando entre as ações ocorra tríplice identidade: partes, pedido e causa de pedir.
- b) o reconhecimento da conexão pelo objeto ou pela causa de pedir, sendo de ordem pública, constitui imperativo legal, irrecusável e indeclinável; impõe-se, por isso, a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, evitando-se assim decisões eventualmente conflitantes, sendo irrelevante a circunstância de uma das ações inserir-se na competência da Justiça Federal e a outra, na competência da Justiça Estadual, pois o princípio maior que a conexão visa resguardar é o da dignidade da Justiça, que seria desrespeitada no caso de decisões conflitantes.
- c) como regra geral, a conexão entre duas ações, pelo objeto ou pela causa de pedir, conquanto se trate de matéria de ordem pública, não ensejará a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, a fim de evitar decisões conflitantes, no caso de uma delas ser de competência da Justiça Federal e a outra, da Justiça Estadual, porquanto a competência absoluta (material ou funcional ou em razão da pessoa) não pode ser modificada pela conexão.
- d) a conexão pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, impondo-se a reunião dos processos mesmo que uma das ações já tenha sido julgada, pendendo recurso no segundo grau.

9. Será competente para julgar originariamente MS em que figure como impetrado desembargador de Tribunal de Justiça

- a) A o próprio tribunal de justiça estadual ao qual esteja vinculado o desembargador.
- b) o STJ.
- c) o TRF da respectiva região.
- d) o STF.



10. Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

- a) as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação e anulatórias de débitos fiscal.
- b) as ações populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
- c) as causas sobre bens dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;
- d) as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de advertência imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

11. Sobre o MS coletivo assinale a alternativa correta:

- a) pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou na Assembléia Legislativa, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária.
- b) pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.
- c) pode proteger direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- d) só protege direitos coletivos.

12. Assinale a incorreta sobre MS

- a) O MS impetrado pelo MP contra decisão proferida em processo penal tem natureza cível e é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo necessário.
- b) controvérsia sobre matéria de direito, ainda que complexa, não impede a apreciação e eventual concessão do mandado de segurança (individual ou coletivo).
- c) compete ao STF conhecer originariamente de MS contra atos praticados pelo STJ, TST e TSE.
- d) pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para impetração de mandado de segurança
- e) de acordo com a Lei 12.016/2009, só cabe mandado de segurança coletivo para a tutela dos direitos coletivos (strictu sensu) e individuais homogêneos.

13. (TJSP – Magistratura – Concurso 183) A impugnação, na fase de cumprimento da sentença:

- a) terá efeito suspensivo, em regra.
- b) não impedirá o prosseguimento da execução, mesmo que tenha efeito suspensivo, se o credor demonstrar que a paralisação poderá lhe causar grave dano de difícil ou incerta reparação.
- c) será sempre instruída e decidida nos próprios autos.
- d) será rejeitada liminarmente quando o executado alegar excesso de execução e não declarar de imediato o valor que entende correto.
- e) admite somente agravo de instrumento da decisão que a julgar.



14. (TJSP – Magistratura – Concurso 183) Assinale a alternativa correta.

- a) A dívida deve estar vencida para que o credor possa requerer o arresto de bens, quando o devedor, sem domicílio certo, intenta alienar os bens que possui.
- b) A sentença ilíquida, ainda pendente de recurso, que condena o devedor ao pagamento de dinheiro, pode ser admitida para fins de concessão de arresto.
- c) A decisão proferida no arresto que decreta a decadência ou prescrição do direito do autor não prejudica o julgamento da ação principal.
- d) O juiz concederá o arresto, mediante justificação prévia, se o credor prestar caução.
- e) Cessa o arresto se o devedor prestar caução para garantir a dívida, honorários do advogado do requerente e custas.

15. (TRF 4 – Magistratura – XIV Concurso) Assinale a alternativa correta.

Determinada a suspensão do andamento de recursos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, em virtude da instauração de procedimento do art. 543-C do Código de Processo Civil (“Recursos Repetitivos”):

- a) Fica obstada qualquer apreciação da mesma matéria em qualquer órgão ou instância até que se pronuncie o Superior Tribunal de Justiça.
- b) Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados não poderão mais ser examinados pelo tribunal de origem.
- c) Os juízes apreciarão normalmente os pedidos de medidas de urgência mesmo nos processos com andamento suspenso.
- d) Os Recursos Especiais relativos à mesma matéria serão normalmente admitidos ou não, mas terão seguimento suspenso até decisão final do Superior Tribunal de Justiça quanto ao caso líder.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

16. (TRF 4 – Magistratura – XIV Concurso). Assinale a alternativa correta. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer:

- a) O juiz poderá, apenas após a sentença de procedência, estabelecer tutela específica da obrigação.
- b) Sendo ré a Fazenda Pública, não poderá o juízo estabelecer multa diária (*astreintes*) visando ao seu cumprimento, pois presume-se a boa-fé da administração pública.
- c) Sendo ré a Fazenda Pública, poderá o juízo estabelecer multa diária (*astreintes*) visando ao seu cumprimento, tanto contra a própria Fazenda como contra os agentes públicos competentes para praticar as ações ou omissões pretendidas.
- d) Sendo ré a Fazenda Pública, poderá o juízo estabelecer multa diária (*astreintes*) visando ao seu cumprimento apenas contra os agentes públicos competentes para praticar as ações ou omissões pretendidas.
- e) Sendo ré a Fazenda Pública, poderá o juízo estabelecer multa diária (*astreintes*) visando ao seu cumprimento apenas contra a própria Fazenda, sendo vedada sua extensão aos agentes públicos competentes para praticar as ações ou omissões pretendidas.

17. Quando as partes optam que a arbitragem seja feita por uma pessoa física (árbitro), acordando sobre todo o procedimento arbitral ao qual se submeterão, há a chamada:

- a) arbitragem institucional



- b) arbitragem intuitu personae
- c) arbitragem ad hoc
- d) arbitragem privada

18. O texto a seguir apresenta um espaço lacunar. Marque a alternativa que o completa **CORRETAMENTE**: A decisão de submeter uma controvérsia à arbitragem pode ser feita pelas partes por meio “_____”, documento celebrado por escrito, após eclodir o conflito, onde normalmente se definem os poderes dos árbitros, o procedimento da arbitragem e outras questões relevantes.

- a) da convenção de arbitragem
- b) do compromisso arbitral
- c) da convenção de arbitragem
- d) da ata de missão

19. (FCC - 2009 - TJ-SE - Analista Judiciário) Nos trabalhos de mediação entende-se que o caminho mais curto para a solução de qualquer conflito é aquele que decorre do conhecimento e da aceitação das partes sobre suas formas singulares de ação e sua responsabilidade na dinâmica das relações. Dessa maneira o mediador deve estar atento

- a) às crenças que permeiam a comunicação, já que elas inviabilizarão completamente o trabalho de mediação quando percebidas como dicotômicas.
- b) aos princípios que regem a visão adversarial do conflito, já que eles permeiam as leis brasileiras principalmente aquelas que disciplinam a convivência familiar.
- c) ao caráter pacifista do método que se baseia na superação das dicotomias vítima/agressor, certo/errado, culpado/inocente.
- d) ao reconhecimento do outro como sendo necessariamente igual a mim e não portador de diferenças, já que o princípio da equidade deve ser obedecido.
- e) ao necessário enfrentamento entre as pessoas, já que a lógica da mediação é sempre adversarial e oposicionista.

20. A respeito da proteção processual da posse, considere:

I. O credor com garantia real pode obstar a alienação judicial do objeto da hipoteca, penhor ou anticrese, por meio de embargos de terceiro.

II. É lícito ao réu, na contestação, sem a apresentação de reconvenção, alegando que foi ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou esbulho cometido pelo autor.

III. A propositura de uma ação possessória em vez de outra não impede que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos requisitos estejam provados.

IV. Quando for ordenada a justificação prévia, o prazo para contestar contar-se-á da intimação do despacho que deferir ou não a medida liminar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, II, III e IV.